TC 029.913/2016-0

Tomada de Contas Especial

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA em desfavor do Sr. José Calixto Ramos e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União para o Convênio 109/2005, celebrado entre a CNTI e a União, por intermédio da então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, que teve por objeto o “*Apoio à realização da segunda conferência nacional de aquicultura e pesca e das vinte e seis conferências estaduais de aquicultura e pesca*”, conforme instrumento contratual (peça 1, p. 69-75) e plano de trabalho (peça 1, p. 60-68).

2. Em minhas intervenções anteriores, **considerando tão somente questões relativas ao mérito**, opinei favoravelmente à proposta de encaminhamento apresentada pela unidade técnica, no sentido do julgamento pela irregularidade das contas do Sr. José Calixto Ramos, condenando-o em débito, em solidariedade com a CNTI. Não obstante, ao final, manifestei-me pela **ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, propugnando o arquivamento das contas sem julgamento de mérito**. (peças 56 e 58).

3. A CNTI, em 23/2/2021, ingressou com petição para informar do falecimento do Sr. José Calixto Ramos, ocorrido em 3/2/2021, e para solicitar a retirada do processo da pauta da sessão de julgamento (peças 73 e 74). O representante legal do Sr. José Calixto Ramos, por sua vez, requereu a extinção do feito em relação ao *de cujus* (peça 79). Vossa Excelência, então, considerando o falecimento do responsável, ordenou a restituição dos presentes autos à SecexAgroAmbiental para nova instrução (peça 81).

4. Ratifico posicionamento externado anteriormente, no sentido da ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, motivo pelo qual as presentes contas devem ser arquivadas, sem julgamento do mérito. Considerando, porém, a possibilidade de que a Corte de Contas não venha a adotar tal posicionamento, passo a avaliar os efeitos do passamento do responsável no julgamento de mérito destas contas.

5. De início, constato que o responsável faleceu após a apresentação das alegações de defesa, de modo que não houve prejuízo ao contraditório e à ampla defesa.

6. Uma vez que o *de cujus* deixou bens e herdeiros, a condenação em débito deve recair sobre o Espólio do Sr. José Calixto Ramos ou, caso já tenha havido a sucessão dos bens, aos seus sucessores, até o limite do valor do patrimônio transferido.

7. Quanto à proposta apresentada pela unidade técnica, entendo necessário que se proceda a uma pequena correção. Os herdeiros legais, listados no art. 1.829 do Código Civil, são aqueles que, por força de lei, tem o direito de herdar os bens de um familiar. Os herdeiros legais ou legítimos são reconhecidos em lei e podem ser classificados como herdeiros necessários (descendentes, ascendentes, cônjuge/companheiro) e facultativos (colaterais até 4º grau). Os herdeiros legais, com efeito, podem ser responsabilizados pela recomposição ao erário.

8. Não existe, todavia, obstáculo para que os **herdeiros testamentários**, ou seja, aqueles herdeiros que recebem quota-parte do patrimônio do falecido, a título universal, por

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

força de testamento, também possam ser responsabilizados. Ainda há que se considerar a figura do **legatário** que, por ser um sucessor a título singular - recebe coisa certa e determinada -, não é classificado pela doutrina como herdeiro, entretanto, também pode ser condenado ao ressarcimento ao erário público.

9. Sendo assim, em lugar da expressão “herdeiros legais”, deve ser usado o vocábulo “sucessores”, que contempla todas as classes de beneficiários da herança.

10. Considerando-se tão somente a caracterização das irregularidades ensejadoras do débito e a responsabilidade solidária da CNTI e do Sr. José Calixto Ramos, seria apropriada a proposta de encaminhamento apresentada pela unidade instrutiva (peça 82, p. 3), ressaltando a necessidade de que, nos subitens II e III, a expressão “*herdeiros legais*” seja substituída por “*sucessores*”.

11. Não obstante, conforme explanação contida em meus pareceres anterior (peças 56 e 58), entendo que restou consumada a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento aos cofres públicos, o que deve ensejar o arquivamento do presente processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), sem prejuízo de que, caso o Tribunal entenda pertinente, envie cópia do acórdão a ser prolatado, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem, à Procuradoria da República no Distrito Federal.

(Assinado Eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador